



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 25/2020 CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA E COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Termo Aditivo de Contrato que entre si celebram o Município de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Marocco, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.131/0001-70, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MARCIANO MAURO PAGLIARINI Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, com sede na RUA CLEVELANDIA, 309-D, inscrita no CNPJ sob o nº 00.648.563/0001-90, neste ato representada por seu representante legal Senhor(a) GEOVANI MUNARINI, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Contrato N.º 25/2020, de 27 de janeiro de 2020, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Contrato antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CONSIDERANDO, o disposto no Inciso I, Letra “B” do Art. 65 da Lei Federal N.º 8.666/93, que prevê alterar os Contratos em decorrência de acréscimo do objeto, nos limites permitidos por esta lei;

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditivado para aquisição de item para merenda escolar em R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) ao contrato nº 25/2020 do processo licitatório nº 40/2020 Dispensa por Justificativa, conforme clausula 3.1 .

CLAUSULA SEGUNDA: - As demais clausulas do contrato nº 25/2020 permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

NOVA ITABERABA – SC, 22 de setembro de 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

COOPERATIVA ALTERNATIVA DA
AGRICULTURA FAMILIAR
Representante Legal

ANDRESSA INVERNIZZI
Fiscal pelo Termo Aditivo (contrato)

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo Aditivo cumpre os requisitos exigidos pela Lei das Licitações Lei nº 8.666/93, pelo que de acordo com o que estabelece na referida Lei, o dou como aprovado.

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico – OAB/SC 23.347